

MOVIMENTANDO O JOGO

Após transformar Jaciara em um canteiro de obras Andréia Russi pode ser vice na provável chapa de Jayme ao Governo

Convite de Jayme Campos para Andreia Wagner como vice movimentou os bastidores políticos de Mato Grosso

Iniciando as articulações para as eleições de 2026, o senador Jayme Campos (União Brasil) balançou o tabuleiro político ao convidar a prefeita de Jaciara, Andreia Wagner (PSB), para ser sua candidata a vice-governadora.



Foto Divulgação

Senador Jayme Campos deve escolher a prefeita de Jaciara, Andréia Russi, pelo carisma e pelas transformações no município

07



‘Não sou homem de receber pressão de ninguém’, diz Júlio Campos sobre votação de aumento para servidores

07

REAJUSTE DO JUDICIÁRIO

Mato Grosso reduz em 16% os casos de afogamento em 2025, mas riscos

Mato Grosso registrou uma redução significativa nos casos de afogamento em 2025. Entre janeiro e agosto deste ano, o Corpo de Bombeiros Militar (CBMMT) contabilizou 71 ocorrências em todo o estado, o que representa uma queda de 16,4% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registrados 85 casos. No total do ano passado, o número chegou a 123 registros

Foto Divulgação



05

“DESRESPEITOSO”

Max Russi aponta déficit de R\$ 1,3 bilhão na Saúde e pede mais planejamento ao governo

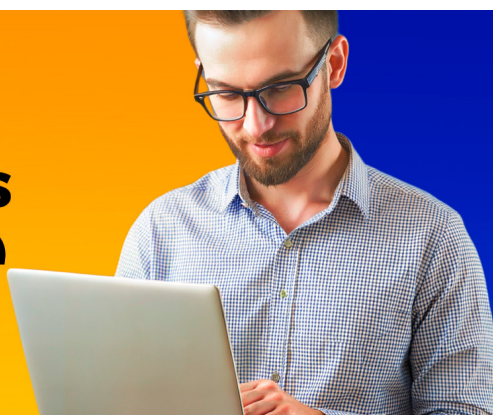
O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (PSB), abordou temas centrais que movimentam o Parlamento estadual, como o reajuste salarial do Poder Judiciário, o orçamento de 2025, a execução de emendas parlamentares e o combate ao feminicídio. Em tom crítico e propositivo, o presidente cobrou diálogo entre os poderes e maior responsabilidade do Executivo.

Foto Divulgação



04

UM MILHÃO/MÊS DE ACESSOS



NAILTON REIS- NEUROPSICÓLOGO

Feminicídio não é destino - é uma construção que pode ser interrompida

O feminicídio não é um ato isolado, nem nasce de repente. Ele se constrói aos poucos, dentro de relações que começaram com afeto, mas foram se transformando em espaços de controle, medo e dor. O caminho que leva ao extremo é quase sempre silencioso, e é nesse silêncio que a prevenção precisa começar. Falar sobre o feminicídio é falar sobre vida — sobre a possibilidade de interromper o ciclo antes que ele chegue ao ponto sem volta.

A violência doméstica raramente começa com empurrões ou gritos. Na maioria das vezes, ela começa nas palavras. Começa na crítica constante, nas cobranças disfarçadas de cuidado, nas pequenas restrições que vão diminuindo a liberdade do outro. Quando o controle se disfarça de amor, o terreno já está preparado para a escalada. Em Mato Grosso, o problema é urgente. Em 2024, quarenta e sete mulheres foram assassinadas em crimes de feminicídio.

Dessas, quarenta e uma eram mães, deixando oitenta e nove crianças órfãs. A maior parte desses crimes aconteceu dentro da própria casa da vítima. Esses números mostram que o feminicídio é o último estágio de um processo que começa muito antes, naquilo que chamamos de violência psicológica. É ela, quase sempre invisível, o primeiro passo da espiral que pode terminar na tragédia.

No mesmo período, o canal Ligue 180 registrou aumento de mais de cento e treze por cento nas denúncias de violência doméstica em Mato Grosso.

Também foram concedidas oito mil oitocentas e cinquenta e nove medidas protetivas de urgência, um aumento de dez por cento em relação ao ano anterior. Esses dados, divulgados pelo governo federal e pela Polícia Civil, mostram que a sociedade está mais atenta, mas também mais aflita. Conhecer os mecanismos de proteção é fundamental. Delegacias especializadas, Defensorias Públicas, redes de apoio e acompanhamento psicológico são recursos disponíveis para mulheres em situação de risco. Mas a prevenção começa antes da denúncia: começa no reconhecimento de que o medo não é parte do amor.

Um relacionamento saudável se constrói sobre o respeito, a autonomia e a liberdade de ser quem se é. Respeitar não é concordar com tudo, é compreender que o outro tem direito de escolher, de discordar, de viver a própria vida. A violência nasce da tentativa de controlar, do ciúme que se confunde com cuidado, da posse travestida de amor, de frases como “você é minha” ou “sem mim você não é nada”. Esses discursos, repetidos e normalizados, vão construindo lentamente a ideia de que o outro pode ser dominado. A prevenção está em desconstruir esse modelo, em aprender a se relacionar com empatia, comunicação e responsabilidade afetiva. Nenhum amor precisa sufocar. Amor saudável é aquele que não precisa ferir para existir. É preciso também olhar para o homem e compreender que ele faz parte desse ciclo. Muitos homens que cometem violência não nasceram violentos, mas foram ensinados a acreditar que perder o controle é o mesmo que perder o poder.

Quando não sabem lidar com a frustração, acabam reagindo com raiva, chantagem, perseguição ou ameaças. Esse colapso masculino, quando o controle se transforma em adoecimento, é um alerta de que algo precisa ser tratado. A psicologia tem papel essencial nesse processo. O homem precisa de espaço de escuta, precisa aprender a nomear o que sente e a lidar com o que perde. A terapia não é castigo, é prevenção. É nela que se aprende a transformar dor em consciência, e consciência em cuidado.

A mulher, por sua vez, precisa saber que a ajuda deve ser buscada antes que a situação se torne física. Quando há medo, vigilância, chantagem ou humilhação, já há violência. Procurar apoio psicológico, jurídico ou social é um gesto de coragem e de amor-próprio. A rede de proteção existe, e precisa ser acessada com rapidez e sem culpa. Romper o silêncio é uma forma de se preservar viva. Essa é a maneira como nós, do Instituto Mentes Plurais, contribuimos para a diminuição do feminicídio em Mato Grosso: oferecendo conhecimento que ajuda homens e mulheres a construir relações mais conscientes, seguras e respeitadas.

Buscamos sensibilizar os homens a compreenderem as mulheres com quem convivem — suas parceiras, mães, irmãs e colegas — sem a necessidade de impor poder, medo ou controle. E queremos fortalecer as mulheres para que reconheçam sinais de abuso e não os naturalizem, compreendendo que o respeito começa no olhar que damos a nós mesmos.

A psicologia, para nós, é uma ponte entre o individual e o social, e é através dela que acreditamos ser possível transformar vínculos, prevenir a violência e salvar vidas.

O feminicídio não é destino. É uma construção que pode e deve ser interrompida a partir do momento em que a consciência desperta.

Foto Divulgação



Nailton Reis é Neuropsicólogo Clínico com especialização em Neuropsicologia Cognitiva Comportamental, Avaliação Psicológica e Psicologia do Trânsito em Cuiabá-MT - CRP 18/7767

EDITORIAL

Ato de coragem

O Novembro Azul não é apenas uma campanha sobre o câncer de próstata. É, sobretudo, um movimento de conscientização sobre a saúde masculina e sobre a urgência de romper com tabus que ainda custam vidas.

Durante muito tempo, o homem foi educado a acreditar que cuidar da saúde é sinal de fraqueza. Que a dor deve ser suportada em silêncio. Que médico é lugar de quem já está doente. Essa cultura do descuido — alimentada pelo machismo e pelo medo do diagnóstico

— transformou o câncer de próstata em uma das principais causas de morte entre homens no Brasil, apesar de ser uma doença altamente tratável quando descoberta no início.

O Novembro Azul surge como um convite à reflexão e à mudança. Não se trata apenas de usar o laço azul na camisa ou iluminar prédios públicos, mas de promover conversas que salvam. De incentivar pais, filhos, irmãos e amigos a romperem o silêncio e buscarem o acompanhamento médico regular.

A saúde do homem vai muito além da próstata. Envolve hábitos alimentares, prática de exercícios, controle da pressão, do colesterol, da glicemia e, principalmente, o cuidado com a mente — ainda negligenciado por muitos.

É preciso reconhecer que o autocuidado também é uma forma de amor e responsabilidade.

Neste mês de novembro, mais do que campanhas publicitárias, o país precisa reafirmar o compromisso com políticas

públicas voltadas à saúde integral do homem. Centros de atenção especializados, campanhas permanentes de prevenção e ampliação do acesso ao diagnóstico precoce são medidas essenciais para reduzir estatísticas e aumentar a expectativa de vida masculina.

Falar sobre prevenção é falar sobre vida. E enfrentar o preconceito é um ato de coragem — talvez o mais importante que um homem possa ter

EXPEDIENTE

PAUTA
REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DIRETOR
MAIKON MILAS

DEPTO. COMERCIAL
(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CENTRO OESTE
Popular

CIRCULAÇÃO
CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

EMANUELZINHO — DEPUTADO FEDERAL | LUCAS LEITE

‘Isenção de IR para quem ganha até R\$5 mil é uma medida necessária para a classe trabalhadora’

Os desafios da política tributária, o impacto da política habitacional e a dinâmica econômica do Brasil, o deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho, compartilhou suas análises sobre os rumos da economia brasileira e as propostas de sua base parlamentar. Defensor da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, Emanuelzinho abordou as razões para a mudança na tabela, a necessidade de um sistema tributário mais justo, e os desafios econômicos que o país ainda enfrenta.

Na entrevista, o deputado também detalhou os avanços na política habitacional do governo Lula, destacando as entregas de moradias e como a construção civil tem se tornado um motor vital para a economia nacional. Além disso, ele refletiu sobre a polêmica da reforma da escala 6x1 e as dificuldades de equilibrar as demandas dos trabalhadores e da classe empresarial.

Confira a entrevista completa com o deputado federal Emanuelzinho, onde ele compartilha sua visão sobre como o Brasil pode avançar economicamente, promover justiça tributária e garantir o acesso à moradia digna para mais brasileiros.

Foto Divulgação

COPopular- O senhor é defensor da ampliação da faixa do Imposto de Renda. Como avalia essa vitória conquistada nesse tema?

Emanuelzinho- Eu fui relator da primeira isenção do Imposto de Renda aprovada pelo presidente Lula na Câmara dos Deputados, quando isentamos quem ganha até dois salários mínimos. Essa é uma promessa histórica de inúmeros presidentes, inclusive do ex-presidente Bolsonaro, de revisar a tabela do Imposto de Renda. Ninguém conseguia realizar isso antes, porque falar é simples, mas fazer é muito difícil.

Acredito que será tema do nosso debate aqui: o que estamos propondo hoje para o Brasil, por meio do nosso trabalho e do nosso mandato, incluindo nossa base parlamentar, é uma mudança qualitativa na arrecadação brasileira. Atualmente, temos uma série de tributos e pessoas que trabalham sem serem tributadas adequadamente.

Vou dar um exemplo comparando com outros países: no caso dos dividendos empresariais, apenas Brasil e Estônia não os tributam. Em vários países, o imposto sobre heranças tem alíquotas médias de 20% a 30%; no Brasil, o máximo permitido pelos estados é 8%.

Nosso objetivo é aumentar a qualidade da tributação, fazendo com que quem pode pagar mais contribua mais, para que possamos isentar aqueles que ganham menos. Isso cria uma dinâmica positiva no mercado interno brasileiro, favorecendo a economia.

Uma pessoa com um pequeno empreendimento poderá investir, abrir uma nova unidade em sua padaria, reformar a casa ou fazer uma pequena viagem de curto prazo, fomentando o turismo nacional.

Portanto, não se trata apenas de uma medida de aumento de renda, mas também de incentivo à economia nacional, algo que o Brasil há muito tempo precisa.

COPopular-Deputado, por que a proposta de isenção do Imposto de Renda não foi atrelada ao valor do salário mínimo, mas sim a um valor fixo de R\$ 5 mil? Não seria mais eficaz garantir uma isenção para quem ganha até três salários mínimos, tornando a medida mais duradoura e evitando que precise ser revista em poucos anos?

Emanuelzinho- Seria até mais razoável, e é o que o governo internamente defende, mas uma corrente mais ortodoxa, do ponto de vista econômico, acredita que isso poderia gerar inflação. Isso ocorreria caso aumentássemos o poder de compra da classe trabalhadora, sem considerar os efeitos da inflação futura no ajuste real.

Esse é um problema, especialmente com um Banco Central independente e a crescente preocupação com a dívida pública. Embora eu ache que a discussão sobre a dívida pública seja equivocada e muitas vezes inócua, ela representa um estoque de investimentos da população brasileira e internacional. A interpretação depende

do ponto de vista, pois a dívida é calculada em relação ao PIB, e não pelo valor absoluto.

Se conseguimos crescer o PIB e mantemos o valor da dívida estável, a relação entre elas diminui. Por exemplo, uma redução da dívida de 80% para 75% do PIB naturalmente reduz o risco percebido, e, conseqüentemente, o valor do risco de investimento no Brasil.

Foi basicamente por isso, devido ao risco inflacionário, que a corrente ortodoxa acredita que seria difícil aprovar essa proposta, e preferiu-se uma revisão mais periódica, a cada dois ou três anos, em vez de tentar aprová-la de uma vez e enfrentar dificuldades no parlamento.

COPopular- Deputado, a frase “não existe almoço grátis”, de Mises, é bastante conhecida. A isenção proposta não virá do nada, ela será redirecionada para quem ganha um pouco mais. O governo defende que os “superricos” são os afetados, mas quem ganha 50 mil ou 60 mil reais por mês não é necessariamente um superrico; pode ser um empresário de médio porte. Isso não pode ser visto como uma punição a quem trabalha e faz a economia girar?

Emanuelzinho- Esse é um ponto de vista. Nós discutimos muito internamente quem deve ser tributado a partir de determinado valor. Acho que estamos em um período de transição histórica no Brasil, ao revisar a tabela do Imposto de Renda após décadas. Vamos poder, assim, experimentar o que é positivo e o que não é.

No caso de R\$ 60 mil, considero que é um valor ainda muito abaixo para se tributar, se formos considerar quem seria um “superrico”. Quando falo de superricos, me refiro a pessoas que ganham acima de R\$ 300 mil por mês. São pessoas que são isentas de dividendos empresariais, algo que só dois países no mundo fazem: Brasil e Estônia. Isso ocorre porque, se estamos em um sistema capitalista, ele depende das unidades empresariais.

Em uma unidade empresarial, é necessário ter lucro para gerar taxa de investimento. Sem investimento, não há crescimento econômico, e sem crescimento, não há distribuição de renda. E sem distribuição de renda, o Brasil não cresce. Portanto, precisamos encontrar o ponto de equilíbrio na economia brasileira para não prejudicar o crescimento.

Esses R\$ 60 mil estão sendo discutidos agora. Eu ainda acredito que é um valor muito abaixo do que deveríamos começar a tributar, mas é o ponto de partida dessa discussão histórica que o Brasil vem evitando há anos.

O que eu destaco de positivo neste primeiro aumento é garantir a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, que é a classe que realmente precisa disso para melhorar sua qualidade de vida. Para concluir, preferimos garantir essa margem para essa classe, e, a partir daí, vamos tratar das outras questões.



COPopular- Deputado, considerando que a maioria dos congressistas é formada por empresários, qual a sua avaliação sobre a possibilidade de aprovação do fim da escala 6 por 1 sem que haja uma redução nos salários dos parlamentares?

Emanuelzinho- Acho muito difícil, sinceramente, a aprovação, até porque, vamos ser claros e sinceros: a redução da escala 6 por 1 é um ponto extremamente importante para o trabalhador brasileiro. No entanto, precisamos ter uma visão real de como podemos fazer isso avançar.

O primeiro ponto é que essa mudança envolve uma PEC, o que exige a criação de uma comissão especial para discussões aprofundadas. O segundo aspecto, e que eu defendo internamente, é que deveríamos dividir a discussão por setores da economia. Precisamos entender a realidade de cada segmento: o que é o setor empresarial, o público, a iniciativa privada, o varejo, a indústria, a tecnologia. Cada um vive uma realidade diferente.

Alguns conseguem adotar home office, outros não. Alguns têm jornada intermitente ou parcial, enquanto outros não. Por isso, é fundamental fazer um debate setorizado, para que a redução da escala seja realizada de forma responsável, considerando as especificidades de cada setor. Eu vejo essa redução como algo extremamente importante. Caso não seja aprovada agora, acredito que no futuro será, mas para que isso aconteça, é essencial envolver a classe empresarial do país nesse debate, o que só será possível com uma discussão intersetorial. É essa a minha posição.

COPopular- Deputado, como o senhor avalia a atual política habitacional do governo federal? Quais avanços o senhor enxerga até agora e o que ainda precisa ser aprimorado para garantir um acesso mais amplo à moradia digna no Brasil?

Emanuelzinho- Veja, o ex-presidente pode até ter tido boas intenções ao criar o programa Minha Casa Verde e Amarela, mas, se não me engano, não entregou nenhuma casa. Ele nem concluiu as obras iniciadas pelos governos da presidente Dilma e do presidente Temer.

O presidente Lula, no entanto, tem mérito. Ele está concluindo projetos importantes, como o residencial em Barra do Garças, que está sendo finalizado agora com mais de 1.400 casas. Recentemente, o ministro Fávaro entregou em Cuiabá e Várzea Grande mais de 800 casas. Através da minha articulação junto ao ministro Jardim, com a autorização do presidente Lula, conseguimos trazer mais 700 casas para o bairro Tijúcal e outro residencial em Cuiabá. Ao todo, no estado de Mato Grosso, são mais de 4.000 unidades.

Essa política habitacional não apenas reduz o déficit de moradias para quem precisa, mas também impulsiona enormemente a economia, pois atinge um dos setores mais importantes para o desenvolvimento do país: a construção civil. Isso gera empregos, absorve mão de obra que muitas vezes não é qualificada, promove renda e fortalece o mercado interno, o que está contribuindo para o crescimento do nosso PIB.

Em comparação ao governo anterior, que viu o PIB crescer em torno de 1% a 1,3%, agora estamos vendo uma taxa de crescimento superior, de 2,5%, 3%, ou até mais. Isso significa que, se uma empresa tinha uma unidade em funcionamento, agora ela tem três, aumentando sua capacidade produtiva sem fechar outras. E isso é o que representa um real aumento da riqueza nacional.

Portanto, o grande mérito da política habitacional do governo Lula está no fato de que, além de atender uma necessidade social, ela também é um motor de desenvolvimento econômico, com uma visão desenvolvimentista que está contribuindo para a expansão da economia.

“DESRESPEITOSO” | Maria Cardoso

Max Russi aponta déficit de R\$ 1,3 bilhão na Saúde e pede mais planejamento ao governo

Presidente da ALMT pediu mais planejamento do governo, defendeu emendas parlamentares e cobrou recursos para combater o feminicídio em MT

Foto Divulgação



O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (PSB), abordou temas centrais que movimentam o Parlamento estadual, como o reajuste salarial do Poder Judiciário, o orçamento de 2025, a execução de emendas parlamentares e o combate ao feminicídio. Em tom crítico e propositivo, o presidente cobrou diálogo entre os poderes e maior responsabilidade do Executivo na condução orçamentária.

Max Russi confirmou que o projeto de reajuste salarial dos servidores do Judiciário ainda está sob análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e poderá ser votado em plenário assim que o parecer for concluído. Segundo ele, o texto está “na pré-pauta”, mas depende da deliberação da comissão.

“Cabe ainda a qualquer um dos deputados fazer pedido de vista, então não tem como garantir que será votado hoje, mas ele está na pré-pauta, dependendo apenas da conclusão da CCJ”, explicou.

Questionado sobre a presença de desembargadores na Assembleia, Russi negou qualquer tipo de pressão indevida.

“Não vejo como pressão. O próprio Poder Judiciário encaminhou o projeto à Assembleia, então é natural que acompanhem o andamento”, afirmou.

O presidente também destacou que não há articulação direta do governo estadual para barrar o reajuste, mas lembrou que o governador tem prerrogativa de veto.

“O Poder Executivo pode sancionar ou vetar. Se vetar, o projeto retorna à Assembleia Legislativa para uma nova análise”, disse.

Ao comentar a ausência do secretário de Fazenda, Rogério Gallo, em audiência pública sobre o orçamento estadual, Russi foi enfático e classificou a falta como “desrespeitosa” com o Parlamento.

“Acho que não foi legal. O secretário tinha obrigação de estar presente. No lugar do deputado Botelho, eu teria até adiado a audiência. Esperamos que, na próxima, se o secretário não vier, a comissão não realize a audiência”, afirmou.

Sobre o orçamento de 2025, o presidente alertou que a Secretaria de Saúde já inicia o próximo ano com um déficit de R\$ 1,3 bilhão, o que, segundo ele, exige planejamento e transparência.

“Seria importante o secretário explicar como conceberam isso, qual a estratégia, de onde vêm esses valores. A Saúde já começa com R\$ 1,3 bilhão a menos do que vai gastar em 2025. A audiência pública serviria para esclarecer esses pontos”, observou.

Max também defendeu reduzir o percentual de remanejamento orçamentário do Executivo, atualmente em torno de 30%. Para ele, o índice é alto demais e permite manipulações no orçamento ao longo do ano.

O presidente voltou a defender as emendas de bancada, que considera instrumentos legítimos de investimento direto nas comunidades. Citou como exemplo duas emendas já aprovadas, mas ainda não executadas pelo governo estadual:

“Destinamos R\$ 6 milhões para Cuiabá, a pedido do prefeito Abílio, e até hoje não foi pago. Também tínhamos previsto recursos para o Hospital Materno Infantil”, disse.

Russi ressaltou ainda a importância de investimentos na saúde e infraestrutura, mencionando valores destinados a Cuiabá e Várzea Grande.

“Foram R\$ 4 milhões para a Saúde de Cuiabá e R\$ 4,5 milhões para Várzea Grande, para compra de bombas d’água, justamente para aliviar o sofrimento da população com a falta de água”, destacou.

Em relação ao feminicídio, o parlamentar lamentou a falta de recursos específicos no orçamento estadual para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

“Ano passado não havia nada. É uma discussão que a Assembleia vai fazer e vai garantir recursos para essa pauta. Não dá para continuar tratando um tema tão grave com descaso”, afirmou.

Russi garantiu que a Assembleia vai inserir emendas parlamentares voltadas à proteção das mulheres e à execução de leis já aprovadas sobre o tema.

“Queremos trabalhar em conjunto, com harmonia, mas priorizando causas que impactam diretamente a vida das pessoas, e o enfrentamento à violência contra a mulher é uma delas”, completou.

Ao encerrar, Max Russi reforçou o papel da Assembleia na fiscalização, formulação de políticas públicas e defesa da população mato-grossense.

“A Assembleia sempre esteve ao lado do povo e vai continuar trabalhando junto com o governo, com responsabilidade, transparência e prioridade para quem mais precisa”, concluiu o presidente.

Jornal Popular

TRADIÇÃO QUE APURA, JORNALISMO QUE INSPIRA.

BOA LEITURA.



200 LITROS | Ana Carolina Guerra

Fraude no leite volta a preocupar: substâncias tóxicas foram usadas para mascarar qualidade

Operação Lac Purum apreende 200 litros de leite suspeito de adulteração no centro-oeste paulista e agentes investigam uso de substâncias químicas

Depois do recente surto de metanol em bebidas alcoólicas, que acendeu o alerta sobre os riscos do consumo de produtos adulterados, uma nova preocupação surge no país. A descoberta de leites contaminados em propriedades rurais paulistas reacende um antigo debate sobre a segurança alimentar no Brasil, lembrando episódios graves ocorridos em 2013, quando milhões de litros de leite foram encontrados com formol.

Na época, a Operação Leite Compen\$ado, conduzida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), revelou a adulteração de produtos das marcas Italc, Líder, Mumu e Latvida. O esquema envolvia empresas de transporte que adicionavam ao leite cru substâncias químicas semelhantes à ureia, contendo formol — um composto tóxico e potencialmente cancerígeno —, usado para mascarar a diluição do produto com água. As investigações indicaram que pelo menos 15 milhões de litros haviam sido comprometidos, e várias pessoas foram presas por envolvimento na fraude.

Na ocasião, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ) notificou as empresas para prestar esclarecimentos e realizar recall imediato dos produtos, conforme o Código de Defesa do Consumidor. Já a Fundação Procon-SP orientou que consumidores evitassem os lotes suspeitos e buscassem ressarcimento.

A gravidade do caso levou o MP-RS a classificar a adulteração como crime hediondo de corrupção de produtos alimentícios, com pena de até oito anos de prisão.

Mais de uma década depois, práticas semelhantes voltam a ser identificadas. A Polícia Militar Ambiental de Marília (SP) deflagrou a Operação Lac Purum, que desarticulou um esquema de adulteração de leite em propriedades rurais da região centro-oeste paulista. A ação, realizada em parceria com a Defesa Agropecuária de Campinas e o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), mobilizou 42 policiais, seis agentes e 15 viaturas.

Durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão nos municípios de Assis, Oscar Bressane, Lutécia e Platina, foram apreendidos cerca de 200 litros de leite com suspeita de adulteração, encaminhados para análise laboratorial. Segundo as investigações, substâncias químicas estavam sendo adicionadas ao leite para mascarar sua baixa qualidade, tornando o produto tóxico e impróprio para o consumo humano.

O capitão da Polícia Militar responsável pela operação, Rafael, afirmou que o objetivo é garantir a segurança alimentar e coibir práticas criminosas que ameaçam a saúde pública.



Foto Divulgação

De acordo com ele, há fortes indícios de que compostos não permitidos eram utilizados para disfarçar irregularidades na produção. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo confirmou que duas pessoas foram presas e diversos produtores autuados por irregularidades sanitárias e ambientais.

O diretor da Defesa Agropecuária, Luiz Henrique Barrochelo, destacou que o trabalho de fiscalização tem caráter não apenas punitivo, mas também educativo, orientando

produtores e indústrias sobre boas práticas agropecuárias e preservando a credibilidade do setor leiteiro paulista.

Os casos de adulteração de leite ocorrem em meio à repercussão nacional do surto de envenenamento por metanol em bebidas alcoólicas, que já provocou mortes em diferentes estados. Assim como no caso das bebidas, as fraudes no leite evidenciam falhas na fiscalização e a necessidade de vigilância constante sobre cadeias produtivas essenciais.

Especialistas em segurança alimentar alertam que adulterações motivadas por lucro e redução de custos podem causar intoxicações agudas, distúrbios gastrointestinais e danos neurológicos.

Para eles, episódios como os da Leite Compen\$ado e da Lac Purum reforçam a urgência de políticas eficazes de rastreabilidade, transparência e controle sanitário, fundamentais para garantir que o alimento que chega à mesa do consumidor seja realmente seguro.

DIFERENÇA MÍNIMA | Ana Carolina Guerra

Mato Grosso reduz em 16% os casos de afogamento em 2025, mas riscos permanecem altos

Entre janeiro e agosto, o estado registrou 71 casos

Mato Grosso registrou uma redução significativa nos casos de afogamento em 2025. Entre janeiro e agosto deste ano, o Corpo de Bombeiros Militar (CBMMT) contabilizou 71 ocorrências em todo o estado, o que representa uma queda de 16,4% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registrados 85 casos. No total do ano passado, o número chegou a 123 registros.

Os municípios que historicamente concentram mais ocorrências também apresentaram índices menores. Em Cuiabá, por exemplo, os casos caíram de 22 para 8. Sinop passou de 8 para 3, enquanto Barra do Garças reduziu de 11 para 10. Já Nova Xavantina e Tangará da Serra somaram quatro casos cada, ante sete no mesmo período do ano anterior.

Apesar da redução, o alerta segue aceso. O Corpo de Bombeiros reforça que o afogamento ainda está entre as principais causas de morte acidental em Mato Grosso, especialmente em rios, represas e cachoeiras, locais que costumam atrair banhistas durante fins de semana e feriados. De acordo com a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa), 76% dos incidentes no país acontecem em ambientes naturais, dado que reforça a importância da prevenção e da atenção constante ao se aproximar da água.

Entre as principais orientações dos bombeiros está o cuidado redobrado com crianças e adolescentes. Poucos segundos de distração podem ser fatais, e o afogamento continua sendo a segunda principal causa de morte entre crianças de 1 a 4 anos. O consumo de bebidas alcoólicas antes do banho também é um fator preocupante: segundo a Sobrasa, o álcool está presente em mais de 20% dos casos, reduzindo os reflexos e aumentando o risco de acidentes.

Os bombeiros recomendam ainda o uso de coletes salva-vidas em vez de boias infláveis, que podem se soltar facilmente e transmitir uma falsa sensação de segurança. É essencial observar o comportamento da água, já que mudanças súbitas no nível ou a presença de correntezas fortes, principalmente após chuvas, podem causar o fenômeno conhecido como “cabeça d’água”, capaz de arrastar pessoas e embarcações em questão de segundos.

Em locais com piscinas, as orientações incluem a instalação de cercas de proteção, o uso de ralos antiaprissonamento e a supervisão constante de crianças, mesmo daquelas que já sabem nadar. O CBMMT reforça que, em caso de emergência, a calma é a principal aliada. A vítima deve tentar flutuar e pedir ajuda, enquanto os presentes devem evitar entrar na água para o resgate.



Foto Divulgação

A orientação é acionar o número 193, lançar objetos que flutuem e aguardar a chegada da equipe de salvamento.

Embora as estatísticas indiquem avanço, o cuidado precisa ser permanente. Dados do boletim anual da Sobrasa mostram que Mato Grosso foi o terceiro estado brasileiro com mais mortes por afogamento em 2023, com 5,2 óbitos a cada 100 mil habitantes, atrás apenas do Amapá (6,5) e do Amazonas (5,9).

As cidades com maior número de mortes naquele ano foram Curvelândia, com 18 óbitos; Vera, com 16; Tabaporã, com 10; Campinápolis, com 8; Paranatinga, com 7; Juruna e Tapurah, com 6 cada; além de Planalto da Serra, Novo Mundo, Juína e Sorriso, com 5 registros. Nova Mutum teve um óbito confirmado. No total, o estado contabilizou 209 mortes por afogamento em 2023. O levantamento também revelou um dado preocupante: a cada 90 minu-

tos, um brasileiro morre afogado, sendo os homens as principais vítimas, com índice seis vezes maior que o das mulheres. Entre as crianças, o problema assume proporções ainda mais alarmantes. O afogamento é a segunda causa de morte entre crianças de 1 a 4 anos, a quarta entre as de 5 a 9, a terceira entre as de 10 a 14 e novamente a quarta entre jovens de 15 a 24 anos. Em média, quatro crianças morrem afogadas todos os dias no Brasil.

PEDE REPACTUAÇÃO | Maria Cardoso

Dilemário critica contrato do estacionamento rotativo e pede nova negociação com a CS Mobi

Em meio a debates sobre transporte, limpeza e contratos, Dilemário defende transparência e eficiência na administração

Foto: Divulgação

O vereador Dilemário Alencar (União Brasil) destacou uma série de temas que vêm movimentando o cenário político e administrativo de Cuiabá, entre eles o contrato da Secretaria de Mobilidade Urbana e Segurança Pública (Semob), a proposta do conselheiro do Tribunal de Contas, Sérgio Ricardo, para aquisição da Santa Casa, as viagens do prefeito Abílio Brunini, além de questões relacionadas à limpeza urbana e ao pagamento de emendas parlamentares.

Um dos principais pontos abordados foi o contrato da CS Mobi, empresa responsável pelo estacionamento rotativo e pela construção do novo Mercado Municipal. O vereador considerou o acordo atual desfavorável à Prefeitura e defendeu uma repactuação.

“O fato é que, da forma como está o contrato com a CS Mobi, e a CPI do estacionamento rotativo apontou isso, essa empresa só recebe recursos próprios e também recursos públicos. A Prefeitura hoje paga uma contraprestação financeira de quase R\$ 1,5 milhão por dia. Se houver atraso de um ou dois dias, a empresa envia um simples e-mail ao Banco do Brasil e já bloqueia recursos do SPM da Prefeitura”, afirmou o parlamentar.

Dilemário também explicou que pretende se reunir com o conselheiro Sérgio Ricardo e com o prefeito Abílio Brunini para entender melhor a proposta de que a empresa possa adquirir a Santa Casa como forma de compensação social.

Outro assunto em pauta foi a viagem do prefeito à Ásia, onde ele conheceu um modelo de transporte semelhante ao BRT. O vereador reconheceu o entusiasmo do gestor com a possibilidade de adotar o sistema em Cuiabá, mas ponderou que é preciso cautela antes de anunciar mudanças no transporte público.

“Acho que não podemos criar expectativas, porque a população de Cuiabá já ficou decepcionada com o eventual BRT. Se for para discutir um novo modal, tem que haver diálogo com o Governo do Estado”, observou.

O vereador também rebateu críticas da oposição à viagem internacional do prefeito. Dilemário defendeu que missões internacionais são oportunidades de buscar inovação e atrair investimentos.

“Esse tipo de viagem é importante para buscar ideias, criar networking e trazer oportunidades para empresários conhecerem Cuiabá e investirem”, destacou.

Ele lembrou ainda que o prefeito participou da inauguração do escritório de representação do Governo de Mato Grosso na Ásia, a convite do próprio Estado.

Na área de limpeza urbana, Dilemário comentou sobre a demissão de aproximadamente 600 funcionários da Limpurb e o rompimento de contrato com a empresa terceirizada responsável pelo serviço. Segundo ele, a Prefeitura optou por realizar um processo seletivo direto com o objetivo de reduzir gastos.

“Quando a Prefeitura contrata diretamente, há uma economia substancial. Uma vaga que custava R\$ 5 mil via terceirizada passa a custar cerca de R\$ 2 mil com contratação direta”, explicou, acrescentando que o objetivo é garantir eficiência e transparência na gestão do serviço público.

O vereador também respondeu às reclamações de colegas sobre o não pagamento de emendas parlamentares neste ano. Ele afirmou que a situação é recorrente e comparou com gestões anteriores.

“Durante meus oito anos de mandato, nunca recebi uma emenda, nem mesmo as que destinei ao Hospital do Câncer, e, ainda assim, nunca reclamei”, pontuou.



Segundo o parlamentar, a atual administração ainda está finalizando o orçamento de 2025 e deve avaliar a liberação das emendas conforme as condições financeiras do município. Dilemário também manifestou preocupação com possíveis mudanças que possam afetar instituições de inclusão social, como as APAEs.

Para ele, é fundamental preservar o trabalho das entidades que atendem pessoas com deficiência. “O que enfraquece o sistema são cortes ou mudanças que prejudiquem escolas de inclusão, como as APAEs, que realizam um trabalho essencial para a comunidade”, concluiu.

O vereador tem buscado diálogo com o Executivo e órgãos de controle, ao mesmo tempo em que reforça a importância de revisar contratos públicos, ampliar a transparência e planejar melhor as ações voltadas à mobilidade e à área social em Cuiabá.

IMUNIZAÇÃO | Maria Cardoso

Mato Grosso intensifica ações contra o sarampo após baixa cobertura vacinal e novos casos suspeitos

Com índices de imunização infantil abaixo da meta nacional, prefeituras intensificam campanhas, ampliam postos itinerantes e reforçam a vacinação “dose zero” para proteger crianças

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) e as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande intensificaram as ações de vigilância e vacinação contra o sarampo, após o registro de novos casos suspeitos e a constatação de baixa cobertura vacinal nas duas principais cidades do estado.

De acordo com dados divulgados pela Prefeitura de Cuiabá, até outubro de 2025 não há casos confirmados de sarampo na capital mato-grossense. Entretanto, o estado mantém dois casos sob investigação, um deles possivelmente em Cuiabá.

“A vigilância epidemiológica está em alerta. Mesmo sem confirmações, a baixa imunização aumenta o risco de reintrodução do vírus”, destacou a Secretaria Municipal de Saúde em nota oficial.

Em Várzea Grande, cidade vizinha à capital, seis notificações de sarampo foram registradas em 2025. Segundo informações, cinco já foram descartadas e um caso segue em investigação, envolvendo uma criança de 9 anos.

No estado como um todo, a SES-MT confirmou quatro casos positivos neste ano, todos no município de Primavera do Leste, a cerca de 230 km de Cuiabá.

O principal desafio enfrentado por Cuiabá e Várzea Grande é o baixo índice de vacinação infantil, considerado insuficiente para garantir a imunidade coletiva exigida pelo Ministério da Saúde, que recomenda 95% de cobertura para as duas doses da vacina tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba).

Em Cuiabá, os dados mais recentes (agosto de 2025) apontam que a primeira dose da vacina foi aplicada em 77,7% das crianças de 1 ano, enquanto a segunda dose atingiu apenas 56,07% do público de 1 a 3 anos. Já em Várzea Grande, os índices são um pouco melhores, mas ainda abaixo da meta: 88% de cobertura para a primeira dose e 65% para a segunda.

Para conter o risco de surto, as prefeituras reforçaram a oferta de imunização em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e lançaram ações especiais, como postos itinerantes em shoppings, escolas e no Aeroporto Marechal Rondon.

Além disso, o estado implantou a chamada “dose zero”, destinada a crianças de 6 a 11 meses, uma estratégia extra que não substitui as doses regulares, mas aumenta a proteção em períodos de maior risco.

O sarampo é uma doença viral altamente contagiosa, transmitida pelo ar por meio de gotículas respiratórias. Os principais sintomas incluem febre alta, tosse seca, manchas avermelhadas pelo corpo, conjuntivite, irritação ocular, mal-estar e falta de apetite.

Especialistas alertam que mesmo os casos leves podem causar complicações graves, especialmente em crianças pequenas e pessoas não vacinadas.

Para evitar o contágio, as autoridades recomendam verificar a carteira de vacinação e garantir as duas doses da tríplice viral, manter a higiene frequente das mãos e evitar contato com pessoas com sintomas gripais.

As secretarias também reforçam que é de extrema importância que a pessoa com suspeita de contaminação procure atendimento médico caso apresente qualquer sinal de febre, mesmo que baixa, e manchas na pele. Além disso, é indicado que as crianças com esses sintomas não frequentem a escola até que a hipótese de sarampo seja descartada por um profissional de saúde. Durante esse período, o isolamento é essencial.



Vale lembrar que o Brasil foi declarado livre do sarampo pelo Ministério da Saúde em 2016, mas perdeu o certificado em 2019 devido à queda na cobertura vacinal e ao retorno de casos importados. Agora, as autoridades de Mato Grosso reforçam que a vacinação é a única forma eficaz de prevenção e essencial para impedir novos surtos. “O vírus do sarampo continua circulando em países vizinhos e pode chegar facilmente por meio de viagens.

É fundamental que todos estejam protegidos”, alerta a SES-MT em comunicado.

Em Cuiabá, todas as Unidades Básicas de Saúde aplicam a vacina tríplice viral de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Em Várzea Grande, a vacina está disponível em todas as unidades municipais de saúde e em pontos itinerantes, conforme cronograma semanal da Secretaria Municipal.

MOVIMENTANDO O JOGO | Maykom Milas

Após transformar Jaciara em um canteiro de obras Andréia Russi pode ser vice na provável chapa de Jayme ao Governo

Convite de Jayme Campos para Andreia Wagner como vice movimenta os bastidores políticos de Mato Grosso

Iniciando as articulações para as eleições de 2026, o senador Jayme Campos (União Brasil) balançou o tabuleiro político ao convidar a prefeita de Jaciara, Andreia Wagner (PSB), para ser sua candidata a vice-governadora. O convite gerou polêmica, principalmente devido à ligação de Andreia com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi, marido da prefeita e aliado do governador Mauro Mendes.

Em resposta ao convite, Max Russi foi direto e declarou: “Se ela pular do prédio, vou junto”, em entrevista a um jornalista. Apesar disso, Andreia Wagner afirmou que não estava envolvida no diálogo entre o senador e seu marido. Ela também confirmou que, ao ser informada sobre o convite, foi lisonjeada, mas se mostrou focada em sua gestão em Jaciara.

“Na verdade, me sinto lisonjeada e fui solicitada, mas não participei da conversa diretamente. Tenho uma prefeitura e uma cidade para cuidar, com muito trabalho pela frente. Não estou pensando em deixar minha cidade. Quero continuar trabalhando para melhorar a qualidade de vida de Jaciara”, disse Andreia, destacando as obras e investimentos que está implementando no município.

A articulação de Jayme Campos tem como objetivo enfa-

quecer o ambiente político do governador Mauro Mendes, que ameaçou apoiar outro candidato do partido de oposição, Otaviano Piveta (Republicanos). Ao convidar a esposa do principal aliado de Mendes, Max Russi, para compor sua chapa, Jayme tenta desestabilizar o grupo político liderado pelo governador e reforçar sua própria candidatura ao governo de Mato Grosso.

Em entrevista, o senador afirmou que esta foi apenas a primeira abordagem política com a prefeita, e que continuará tentando atrair Andreia para sua chapa. Ele elogiou sua gestão à frente de Jaciara, afirmando que ela é uma referência em administração pública. “Ela tem sido um exemplo de boa gestão em Jaciara. E quanto ao Max, a conversa foi apenas um início. Ele vai apoiar a decisão da esposa se ela aceitar o convite ou não”, disse.

Jayme também destacou que Andreia não é a única boa gestora do estado e que há outras opções para compor sua chapa. No entanto, ele ainda mantém a esperança de atrair o apoio de Mauro Mendes para sua candidatura, além de reforçar o apoio de aliados de primeira hora.

O impacto do convite

Nos bastidores políticos, circulam informações de que o convite feito por Jayme Cam-

pos à prefeita de Jaciara gerou grande repercussão no governo estadual. Fontes ligadas ao Palácio Paiaguás revelam que o governador Mauro Mendes estaria tomando precauções para neutralizar a investida de Jayme, com a ajuda de um time estratégico. “Resta saber se vai funcionar, pois Mauro Mendes tem pisado na bola com os deputados e está sem moral”, comentou uma fonte palaciana, que pediu para não ser identificada.

A prefeita Andreia Wagner tem uma gestão de destaque à frente da Prefeitura de Jaciara, sendo amplamente aprovada pela população. Durante seu quinto ano de mandato, Andreia tem se destacado pela implementação de projetos inovadores e pela entrega de obras importantes que melhoraram a infraestrutura e a qualidade de vida na cidade. A prefeita também recebeu elogios pela criação de um condomínio público para idosos e pela revitalização de diversas áreas de convivência. Jaciara comemorou, no dia 21 de outubro, seus 67 anos com uma maratona de entregas, marcando o progresso da cidade. Entre as principais conquistas estão:

Cidade 100% asfaltada: Foram 57 mil metros quadrados de asfalto, viabilizados com apoio do Governo do Estado. A cidade também implementou o programa Passeio Legal, com a construção e manutenção de calçadas e meio-fios.



Ginásio de Esportes Celso Oliveira Lima (Celso): O novo ginásio de esportes, que está na fase final de construção, terá capacidade para quase 2.500 pessoas e será o segundo maior do estado.

Saúde humanizada: A reforma completa da Unidade Básica de Saúde (UBS) 1, no bairro Santo Antônio, incluiu melhorias em infraestrutura, como novo piso, cobertura e instalação de equipamentos modernos.

Além disso, a prefeita Andreia tem planos de inaugurar novos projetos nos próximos meses, consolidando ainda mais sua imagem como uma gestora eficiente e comprometida com o bem-estar de sua população.

Com sua popularidade em alta e uma gestão bem-sucedida, Andreia Wagner se tornou um nome de peso no cenário político mato-grossense, o que a torna uma peça estratégica para qualquer chapa majoritária.



REAJUSTE DO JUDICIÁRIO | Lucas Leite

‘Não sou homem de receber pressão de ninguém’, diz Júlio Campos sobre votação de aumento para servidores

Deputado reafirma que a Assembleia Legislativa tem autonomia para decidir sobre aumentos e melhorias para os servidores da casa, sem interferência do Executivo

O deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) se posicionou firmemente sobre questões de gestão interna da Assembleia Legislativa e fez declarações relevantes sobre o cenário político de Mato Grosso, incluindo a disputa eleitoral de 2026. Campos abordou temas como aumento para servidores públicos, as negociações no âmbito da Assembleia e o futuro político do Estado.

O parlamentar defendeu a decisão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso de aumentar os auxílios saúde e alimentação para os servidores da Casa, dizendo que a medida foi uma resposta à defasagem desses benefícios, que afeta tanto os servidores efetivos quanto os temporários. Campos ressaltou que a decisão é uma competência da própria Assembleia, destacando que o aumento será implementado a partir deste mês de novembro, e que não há motivos para que o Executivo interfira.

“Os orçamentos dos poderes são independentes. A Assembleia tem o direito de usar seu orçamento da maneira que julgar melhor”, afirmou Campos. Ele também destacou que o aumento de 6,8% para os servidores do Judiciário de Mato Grosso, previsto no orçamento daquele poder, deve ser aprovado, ressaltando que a decisão é uma questão orçamentária e não política.

O clima tenso no governo estadual, especialmente no que diz respeito ao aumento no Judiciário. Segundo ele, o aumento do Judiciário está dentro do orçamento daquele poder e foi aprovado no Congresso Nacional, o que, para ele, legitima a aprovação do aumento para os servidores estaduais do Judiciário. “Não vejo razão para que os deputados não aprovelem o aumento para o Judiciário”, disse.

Campos também fez críticas ao governo estadual, destacando que há uma preocupação, com certa razão, de que o aumento para o Judiciário possa gerar uma “pressão” para que outros poderes busquem aumentos semelhantes, o que pode causar um impacto no orçamento de Mato Grosso para o próximo ano, estimado em cerca de R\$ 6,5 bilhões. Para o deputado, a situação deve ser discutida no ano seguinte, e não há motivo para atrasar as votações atuais.

“É claro que cada poder tem seu orçamento e deve usá-lo da maneira que achar mais conveniente. Por isso, a Assembleia está fazendo o que é de sua competência, não estamos invadindo a competência do Executivo”, afirmou Campos.

Os desentendimentos com o governo de Mauro Mendes, especialmente no que diz respeito à aprovação de emendas de bancada. Júlio Campos afirmou que a base governista se sentiu prejudicada após a decisão do governador de vetar as emendas que haviam sido acordadas com os deputados, e que alguns compromissos de recursos para obras e saúde não poderão ser cumpridos. “Eu já tinha assumido compromissos com prefeituras e com alguns municípios sobre o uso de emendas. Agora, esses compromissos não poderão ser cumpridos”, lamentou. O futuro político do Estado e as movimentações dentro do União Brasil, em relação à candidatura ao Governo de Mato Grosso em 2026, Campos afirmou que o partido está construindo uma candidatura própria com o nome do senador Jayme Campos, seu irmão, para o governo. Segundo ele, o nome do atual governador, Mauro Mendes, seria cogitado para o Senado, mas a construção do cenário político está em andamento.



“Estamos formando uma chapa forte para 2026, com o senador Jayme Campos como candidato a governador e o nome do governador Mauro Mendes para o Senado”, explicou. Campos também afirmou que a candidatura de Mauro Mendes ao Senado não está descartada, mas que, para o União Brasil, o partido ainda está debatendo as melhores estratégias para 2026.

A entrevista revelou também a preocupação do deputado com a fragmentação política em Mato Grosso e as disputas internas dentro de seu próprio partido, o União Brasil. Apesar de frisar que o partido está construindo uma candidatura com base em uma chapa forte,

Campos também demonstrou apreensão sobre a instabilidade no cenário político atual.

O deputado, que tem vasta experiência política como ex-governador, ex-senador e ex-deputado federal, reafirmou que a política é dinâmica e cheia de surpresas, mas que o União Brasil continuará trabalhando pela candidatura própria e pela defesa dos interesses dos mato-grossenses.

“Política é isso, um jogo constante de estratégias e negociações. Vamos continuar trabalhando dentro do nosso partido e do nosso Estado”, concluiu.

Divulgação

MARCO HISTÓRICO NO ESTADO | Ana Carolina Guerra

Parque Novo Mato Grosso se consolida como o maior centro multieventos da América Latina

Com investimento de R\$ 900 milhões e obras aceleradas, Mauro Mendes transforma sonho em realidade e coloca o estado na rota do turismo, do esporte e do entretenimento mundial

O Parque Novo Mato Grosso avança em ritmo acelerado e promete se tornar um dos maiores complexos multieventos da América Latina. Localizado às margens da rodovia MT-251, entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães, o projeto grandioso do Governo de Mato Grosso representa um marco na gestão de Mauro Mendes, que aposta na inovação, no turismo e na geração de oportunidades para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do estado.

Com investimento estimado em R\$ 900 milhões, o Parque Novo Mato Grosso tem suas obras coordenadas pela Mato Grosso Participações e Projetos (MT Par) e previsão de conclusão total até o fim de 2026. De acordo com o presidente da empresa, Wener Kesley dos Santos, a maior parte da infraestrutura pesada já foi finalizada, o que permite maior agilidade na execução das próximas etapas. Ele afirmou que o empreendimento foi concebido para se tornar uma referência em toda a América Latina, como um espaço multifuncional voltado ao lazer, ao esporte, à cultura e ao turismo, com potencial para atrair visitantes e investidores de diversas partes do Brasil e do mundo.

Entre as principais atrações está a roda-gigante de 108 metros de altura, a maior da América Latina, composta por 42 cabines climatizadas, com capacidade para até oito pessoas cada. A estrutura poderá ser vista a quilômetros de distância, inclusive do centro de Cuiabá, e promete se tornar um novo cartão-postal da capital. O equipamento começou a ser instalado com peças importadas da China, fabricadas especialmente para o projeto.

Outro destaque do complexo é o Autódromo Internacional de Mato Grosso, que será inaugurado com a realização da BRB Stock Car Pro Series, uma das principais competições automobilísticas da América Latina. O evento, previsto para novembro, também contará com provas da TCR South America Banco BRB e da Turismo Nacional.

Para o governador Mauro Mendes, a inclusão do estado no circuito das grandes corridas representa um marco histórico. Ele ressaltou que Mato Grosso passa a integrar a rota do automobilismo brasileiro e sul-americano, destacando o orgulho de ver o estado avançar e se consolidar como referência no esporte e no desenvolvimento.

O autódromo terá 4,6 km de extensão, pista de arrancada, camarotes e arquibancadas, seguindo padrões internacionais da Federação Internacional de Automobilismo (FIA) e da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA). Além dele, o Parque abrigará o maior espaço para shows do Centro-Oeste, com capacidade para 80 mil pessoas, e uma ampla praça esportiva com pistas de skate, bicicross, motocross e kart. A pista de kart profissional, com mais de 95 mil m², já está pronta e em operação. A grandiosidade do projeto se estende à Vila das Nações, um espaço temático com réplicas de ícones arquitetônicos de países como Japão, Itália e Portugal, e à inovadora “rua à beira-mar”, que promete proporcionar aos visitantes a sensação de estar no litoral, uma experiência inédita para muitos mato-grossenses. Com o objetivo de garantir transparência e acesso à população, a Comissão de Infraestrutura e Transportes da Assembleia Legislativa acompanhou o andamento das obras e recebeu a confirmação de que o acesso ao Parque Novo Mato Grosso será totalmente gratuito. O deputado Valmir Moretto (Republicanos) explicou que o governo estadual pretende co-

brar apenas uma taxa simbólica de manutenção para o uso de equipamentos específicos, assegurando que a população tenha livre acesso a todo o espaço, que será um dos maiores centros de lazer e entretenimento do país. Mesmo diante de desafios como a escassez de mão de obra especializada na construção civil, o governador Mauro Mendes destacou que o projeto segue firme e em ritmo acelerado. Ele afirmou que o empreendimento é motivo de orgulho para o estado, por representar a democratização do lazer e do entretenimento, oferecendo uma estrutura moderna e acessível a todas as famílias. Segundo o governador, quem visita o canteiro de obras já se surpreende com a grandiosidade e o avanço dos trabalhos, que refletem o compromisso do governo em entregar um espaço de primeiro mundo à população mato-grossense.

Com mais de 3 milhões de metros quadrados de área total, o Parque Novo Mato Grosso nasce com o propósito de transformar o estado em um polo de turismo, cultura, esportes e negócios. Um empreendimento visionário que traduz a marca da atual gestão: planejamento, eficiência e compromisso com o futuro de Mato Grosso.



Foto Divulgação

MEIO AMBIENTE e PREVIDÊNCIA SOCIAL estão no RADAR

Radar de Controle Público

O Radar de Controle Público é uma ferramenta que permite a todo cidadão acompanhar a gestão dos recursos públicos em Mato Grosso. E agora, com os módulos que monitoram o **Meio Ambiente** e a **Previdência Social**, é possível saber de perto se o dinheiro está sendo bem utilizado, em busca de um estado mais sustentável e que cuide bem de sua gente.



CONFERE LÁ:



RADAR.TCE.MT.GOV.BR

Facebook, Instagram, Twitter, YouTube icons
TCEMatoGrosso

novos

RADAR PREVIDÊNCIA

RADAR MEIO AMBIENTE

tce
mt